

Uma escola de líderes para a renovação política? Trilhas interpretativas e opacidade no RenovaBR

A school of leaders for political renewal?
Interpretative trails and opacity in RenovaBR

¿Una escuela de líderes para la renovación política?
Pistas interpretativas y opacidad en RenovaBR



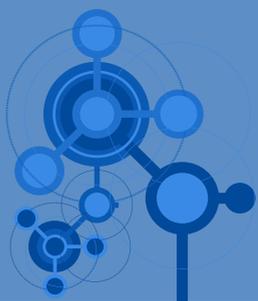
Daniel Reis Silva

- Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social (UFMG) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG.
- E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br



Beatriz Lobato da Silva

- Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- E-mail: lobato.beatriz@gmail.com



RESUMO

O artigo adota um olhar da comunicação organizacional para refletir sobre o RenovaBR, iniciativa que se apresenta como uma escola de líderes para a renovação política. Ancorado em noções de enquadramento e footing, procura desvelar aspectos sobre as práticas discursivas, estruturas organizacionais e propostas formativas do grupo. Nesses termos, identifica como seus discursos formulam trilhas interpretativas e convocam os sujeitos a ocupar posições de liderança em um quadro opaco da renovação alinhado com interesses econômicos de uma elite empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: RENOVAÇÃO POLÍTICA • ENQUADRAMENTO • FOOTING • ESCOLA DE LÍDERES • COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL.

ABSTRACT

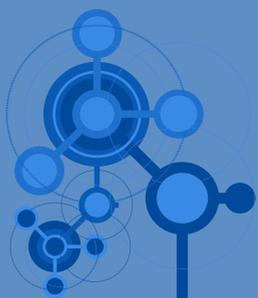
This study addresses organizational communication to reflect on RenovaBR, an initiative that describes itself as a school of leaders for political renewal. Anchored in notions of framing and footing, it seeks to unveil aspects of the discursive practices, organizational structures, and training proposals of the group, finding how their discourses formulate interpretative trails and summon subjects to occupy leadership positions in an opaque framework of renewal aligned with the economic interests of a business elite.

KEYWORDS: POLITICAL RENEWAL • FRAMING • FOOTING • SCHOOL OF LEADERS • ORGANIZATIONAL COMMUNICATION.

RESUMEN

Desde la mirada de la comunicación organizacional, este artículo reflexiona sobre RenovaBR, una iniciativa que se presenta como una escuela de líderes para la renovación política. Con base en las nociones de marco y *footing*, este texto pretende desvelar los aspectos de las prácticas discursivas, las estructuras organizacionales y las propuestas formativas del grupo. En este contexto, se identifica cómo sus discursos formulan pistas interpretativas y convocan a los sujetos a ocupar posiciones de liderazgo en un marco opaco de renovación alineado con los intereses económicos de una élite empresarial.

PALABRAS CLAVE: RENOVAÇÃO POLÍTICA • MARCO • *FOOTING* • ESCUELA DE LÍDERES • COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL.



INTRODUÇÃO

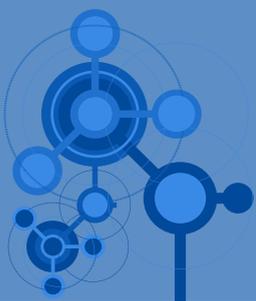
O período entre 2015 e 2017 marca o surgimento, no cenário brasileiro, de uma série de iniciativas que propõem uma ruptura nos modos tradicionais de operar a política no país. Fortemente embasados em uma retórica de “renovação política”, movimentos como o RenovaBR, Acredito, Muitas e a Bancada Ativista (2016) emergem na cena pública defendendo o que seria uma nova forma de ocupar os poderes legislativo e executivo de modo a oxigenar o fazer político. Apesar de transitarem por espectros políticos diferentes, essas iniciativas são, por vezes, aglutinadas a partir da alcunha “Movimentos de Renovação Política” (Moura, 2019). Lutando contra a “velha política”, esses movimentos obtiveram considerável sucesso eleitoral em 2018, com o RenovaBR elegendo 16 candidatos, incluindo um senador e nove deputados federais, enquanto o Muitas e o Bancada Ativista fortaleceram a bancada do PSOL, elegendo deputadas federais como Áurea Carolina e Sâmia Bonfim.

As distinções entre os movimentos de renovação, porém, vão além do espectro político, abarcando os contextos de surgimento dessas iniciativas e seus próprios desenhos organizacionais. Enquanto iniciativas como o Muitas e o Bancada Ativista trazem características de movimentos sociais contemporâneos, originados da luta de grupos marginalizados e com atuação descentralizada, outras como o RenovaBR possuem elevado grau de institucionalidade, enfrentando, inclusive, dificuldades para se apresentar na cena pública. Inicialmente tomado como um fundo eleitoral, tal alcunha foi contestada pelo fundador da iniciativa, o empresário Eduardo Mufarej, que afirmava que se tratava de “um movimento político” (Mufarej, 2017). Na mesma entrevista, Mufarej traz a ideia que se tornaria chave nos anos seguintes: a do RenovaBR como uma escola de lideranças capaz de mudar a política brasileira a partir de conhecimentos técnicos qualificados.

É essa escola de líderes políticos que este artigo aborda a partir de um olhar da comunicação organizacional. O âmago da proposta remete ao argumento de França (2016) acerca do objeto da comunicação, que seria uma forma própria de olhar para os fenômenos do mundo. Enquanto trabalhos sobre o RenovaBR advindos das ciências políticas trazem contribuições importantes, investigando tensionamento do grupo com o sistema eleitoral-partidário (Moura, 2019) e sua relação com uma crise de representatividade ampla (Cunha, 2023), nossa aposta reside em pensá-lo a partir de uma ótica da comunicação organizacional crítica como forma de desvelar novos aspectos sobre sua atuação. Tal olhar é estruturado, aqui, pelo pensamento de autores como Baldissera (2009), Oliveira (2015) e Mumby (2012), que colocam em primeiro plano as disputas de sentido no âmbito organizacional, as interações e a formação comunicacional das organizações, assim como os tensionamentos discursivos acerca da legitimidade desses grupos. Pensar o RenovaBR por essa lente parece propício justamente pela institucionalização avançada da iniciativa, que a afasta dos desenhos tradicionais de movimentos sociais, e implica investigar suas práticas discursivas voltadas para a legitimação, suas estruturas organizacionais e aspectos acerca de suas interações com os públicos.

Partindo dessa base organizacional, o estudo reflete acerca de dois arcabouços teóricos. O primeiro, de contextualização, aborda o cenário político brasileiro desde 2013, principalmente por meio de uma visão calcada nas ciências políticas e em autores como Avritzer (2019), Mendonça (2018), Bringel e Pleyers (2019) e Ortellado e Solano (2016)¹. Mais do que uma reconstituição dos acontecimentos da última década, nos interessa como certos eventos possibilitaram uma abertura semântica que culminou com novos atores e o reforço a certos discursos, incluindo os movimentos de renovação política.

¹ Reforçamos que a opção de trabalhar com esses autores foi uma opção visando uma contextualização panorâmica que permita entender elementos básicos do cenário de surgimento do RenovaBR. Ela não implica desconsiderar outras contribuições importantes, inclusive de áreas do conhecimento diversas, que investigam em minúcias marcos do complexo cenário político na última década, como as Jornadas de Junho de 2013, o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a eventual eleição de Jair Bolsonaro.



O segundo arcabouço procura ampliar horizontes analíticos acerca da construção discursiva, pensando, a partir de noções de enquadramento e footing (Entman, 1993; Silva, 2015), como os atores selecionam e salientam sentidos culturalmente compartilhados de maneira a propor uma trilha interpretativa e convocar os públicos a ocuparem posicionamentos previamente formatados dentro do quadro da renovação política.

No terreno metodológico, operamos com uma análise de conteúdo, com viés qualitativo, de discursos oficiais do RenovaBR a partir de seu site em 2018 e 2023, explorando sua dimensão comunicada (Baldissera, 2009). Como operadores, são acionadas ideias de desenho organizacional, procurando compreender elementos de sua institucionalidade e financiamento, as trilhas interpretativas propostas acerca da renovação política, que envolvem uma problematização, um julgamento moral e uma proposta de solução (Entman, 1993), e os posicionamentos pré-estabelecidos no quadro de sentidos a partir de seus chamados para a participação.

REFERENCIAL TEÓRICO: ABERTURAS SEMÂNTICAS E TRILHAS INTERPRETATIVAS

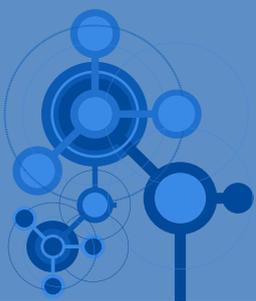
Avritzer (2019) propõe, a partir da metáfora do pêndulo, um entendimento da democracia enquanto processo cíclico, que passa por momentos de avanços e retrocessos. Nessa noção, o autor defende que vivemos períodos nos quais os instrumentos pelos quais a democracia se solidifica são fortalecidos, enquanto, em outros, ocorrem rupturas institucionais que indicam desgaste e enfraquecimento democrático. Para Avritzer (2019), entre 1988 e 2013 houve um ciclo de avanço democrático no Brasil, enquanto a partir de 2013 há uma tendência de desestabilização, com o acelerado aumento do descontentamento em relação ao sistema político vigente.

A degradação da relação dos brasileiros com a democracia ocorreu de maneira complexa e a partir de diversos episódios. Nesse tecido com múltiplos pontos de costura, dois elementos trazem impacto mais imediato: as Jornadas de Junho de 2013 e o impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016. Acerca do primeiro marco, Avritzer (2019, p. 143) aponta que “junho de 2013 foi o ponto de partida para a crise nos valores democráticos que estamos vivendo no Brasil”.

As Jornadas de Junho são, em essência, movimentos multitudinários com diferentes matizes. Apesar de iniciadas no campo da esquerda, manifestantes de diferentes espectros tomaram as ruas levantando bandeiras e exprimindo uma insatisfação generalizada com a classe política, com a falta de serviços públicos básicos e com as próprias instituições. Conforme Mendonça (2018) aponta, essas manifestações acabam por colocar a noção de democracia em questão, com alguns recuperando de forma nostálgica um imaginário progresso de regimes autoritários enquanto outros propunham a ampliação da igualdade e da justiça social como prioridade. Segundo Bringel e Players (2019), os protestos de junho produziram uma abertura social no Brasil em que novos espaços e atores emergiram à direita e à esquerda, conformando uma arena pública ainda mais conflitiva.

Já o impeachment da presidenta Dilma aconteceu após uma eleição turbulenta e polarizada, que intensificou o clima de agitação na cena pública brasileira. Com o PT adotando uma postura defensiva e procurando monopolizar setores progressistas (Bringel e Pleyers, 2019), e, principalmente, a partir do aprofundamento da crise econômica nos anos seguintes, o capital político da presidenta foi reduzido, gerando contestações política e jurídica dos resultados de 2014 e grandes manifestações de rua. A essa crise se somava a operação Lava Jato e certa seletividade na forma com que ela era acionada pelos líderes dos protestos e pelos próprios envolvidos na investigação contra Dilma e o PT (Ortellado e Solano, 2016). Esse clima culminou, segundo Avritzer (2019), na atuação política do Tribunal de Contas da União e no processo de impeachment.

Em conjunto, esses episódios conformam aberturas semânticas na política brasileira, permitindo o surgimento de atores e discursos que disputam sentidos acerca da democracia e dos rumos do país. É a partir de sentimentos generalizados de



frustração política, alimentados pelas denúncias de corrupção, pela crise econômica, pela frustração com o processo de impeachment e pelo crescimento da desigualdade, que os movimentos de renovação política emergem. A partir de diferentes espectros, eles apontam para uma saturação/fracasso da política tradicional, operando com uma proposta de oxigenação dos caminhos democráticos.

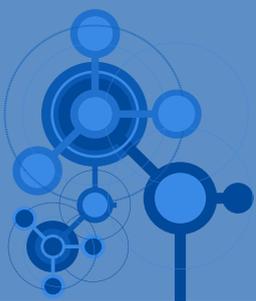
Visando compreender a atuação de um grupo específico (RenovaBR) no que tange à disputa de sentidos acerca de política, acreditamos que as noções de enquadramento são promissoras. Conforme Mendonça e Simões (2012), o enquadramento tem se tornado um dos principais operacionalizadores para análises nas ciências humanas e sociais contemporâneas, abarcando uma multitude de propostas que vão desde pesquisas focadas na situação interativa e aspectos microssociais (especialmente a partir dos trabalhos de Goffmann) até a análise do conteúdo discursivo e midiático, procurando captar “o modo com que a realidade é enquadrada por eles” (Mendonça; Simões, 2012, p. 193). É essa segunda dimensão que abordamos neste trabalho, partindo das contribuições de Robert Entman (1993; 2004).

O autor propõe que o enquadramento é uma forma de entender o poder comunicativo que envolve seleção e destaque. Sua definição clássica afirma que “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou tratamento recomendado” (Entman, 1993, p. 52). Nesse sentido, o enquadramento propõe aos sujeitos uma espécie de trilha interpretativa da realidade, como na ideia de uma moldura que guia o olhar.

Enquadrar, assim, é tornar uma informação mais notável e significativa, o que ocorre principalmente a partir do seu alinhamento com sentidos culturalmente ressonantes. Esse ponto afasta a ideia de que aquele que enquadra o faz de maneira isolada e puramente estratégica. Ao contrário, o enquadramento só se torna uma trilha convidativa quando é produzido a partir de um pano de fundo compartilhado de sentidos e evoca um contexto sociocultural que ressoe com a audiência. Segundo Silva, “quanto mais congruente tal texto for com os quadros de sentido compartilhados pelos sujeitos, maior será a possibilidade de sucesso dos mesmos ao promover uma dada interpretação” (Silva, 2015, p. 154).

Ryan e Gamson (2006) reforçam que o enquadramento é um organizador mental/discursivo capaz de destacar certos fatos, ao mesmo tempo que oculta ou invisibiliza outros elementos para propor uma leitura sobre a realidade. Avançando na ideia do enquadramento, Entman (2004) afirma que as trilhas interpretativas propostas por eles trazem três elementos: (a) a definição de um problema e de um agente causador daquela situação; (b) a proposta de uma análise moral sobre aquela circunstância; e (c) a sugestão de uma solução para aquele problema previamente definido. Em conjunto, esses aspectos fornecem operadores básicos para pensar as trilhas interpretativas de uma organização como o RenovaBR. Porém, é importante refletir que a iniciativa vai além de enquadrar a política: ela convida os sujeitos a participarem de sua formação de lideranças.

Podemos complementar a ideia de enquadramento com outro conceito advindo de Goffman (2002): o footing. Segundo o autor, os footings são posicionamentos dos sujeitos em um quadro, ou seja, a forma com que eles se colocam em dada interação social. Os indivíduos realizam uma leitura da situação a partir de quadros de sentidos e de seu repertório cultural, pensando em possibilidades de atuação. Apesar de tradicionalmente tal conceito ser adotado nos estudos de interação, apostamos aqui na perspectiva de Silva (2015) de pensar os footings a partir da projeção discursiva. Nesse sentido, podemos pensar que, da mesma forma com que o ato de enquadrar envolve a projeção de uma trilha interpretativa, a tentativa de mobilizar públicos opera com a projeção de footings, de posicionamentos a serem ocupados pelos sujeitos. Assim, convocações para a participação dos sujeitos não apenas propõem formas de entender uma situação, como também delineiam posições e destacam possibilidades de atuação dos sujeitos no quadro.



É importante redobrar os cuidados com possíveis vieses deterministas acerca desse ponto. Chamados para mobilização não são, por si, capazes de decretar como a ação dos sujeitos ocorrerá. Na verdade, os esforços comunicativos de convocação acabam por balizar contornos daquilo que o autor do discurso quer como ação coletiva, instituindo limites que podem ser desconsiderados pelos sujeitos. Trata-se de uma tentativa de prefigurar uma forma de posicionamento dentro do quadro. Convocações para compartilhar experiências em uma assembleia popular ou para assinar uma petição online propõem footings distintos. Dessa forma, aqueles apelos apresentam formas diferentes de filiação e agência dos sujeitos em um determinado movimento/público. O que entra em jogo, dessa forma, é a tentativa (estratégica ou não) de moldar, instigar e balizar contornos de uma ação coletiva, por meio da apresentação de posicionamentos perante um quadro de sentidos e de possibilidades de intervenção em dada situação.

É a partir dos conceitos de enquadramento, observando como trilhas interpretativas são construídas, e de footing, pensando como o chamado para participação prefigura posicionamentos em um quadro, que acreditamos ser possível expandir a compreensão acerca do RenovaBR e de sua proposta como uma escola de líderes para renovação política.

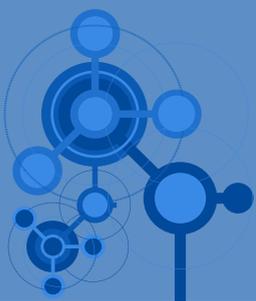
METODOLOGIA

Este trabalho traz um desenho metodológico focado em entender três elementos centrais do RenovaBR: (1) o desenho organizacional da iniciativa, de forma mais exploratória, especialmente pela sua forma de financiamento e gestão; (2) as trilhas interpretativas sobre a renovação; e (3) o posicionamento delimitado pelos chamados a participação. No caso, esses três elementos serão analisados a partir dos discursos apresentados pelo próprio RenovaBR, operando com a ideia de dimensão comunicada de Baldissera (2009), que engloba a fala oficial que projeta elementos pelos quais uma organização procura ser reconhecida.

Como forma de operacionalizar o estudo, propomos uma análise de conteúdo, com viés qualitativo (Silva, 2015). Essa análise será realizada a partir do site da iniciativa em dois anos distintos: 2018 e 2023. A opção de trabalhar esse recorte temporal, fazendo uso de ferramentas web para ter acesso a capturas do site², não visa a comparação, mas sim complementação: constatamos inicialmente que os discursos da iniciativa no decorrer dos anos são relativamente uniformes, assim como seu desenho organizacional. Optamos, ainda, por não trabalhar com as suas mídias sociais, uma vez que uma exploração prévia revelou que grande parte de suas postagens são meramente recortes de conteúdo do site.

Os operadores analíticos foram definidos de acordo com os elementos mencionados anteriormente. Para abordar o desenho organizacional, analisamos menções à gestão e ao financiamento da iniciativa. Sobre as trilhas interpretativas, procuramos, com base em Entman (1993; 2004) entender (1) a definição do quadro problemático; (2) o julgamento moral e valores acionados; e (3) remédios e soluções propostas para alteração da realidade. Para entender os posicionamentos, acionamos a projeção discursiva do footing (Silva, 2015), olhando para as ações propostas e a forma de participação do público nelas. Abaixo apresentamos e discutimos os principais resultados dessa análise.

² Disponível em: <https://www.RenovaBR.org/>. Acesso em: 8 maio 2024.



RESULTADOS

Desenho organizacional

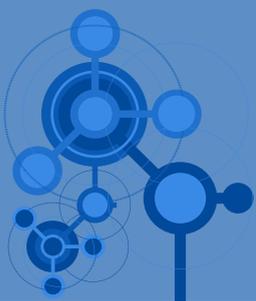
O RenovaBR foi fundado em 2017 pelo empresário Eduardo Mufarej, então CEO da Somos Educação (comprada, em 2018, pela Kroton, atualmente Cogna) e sócio da gestora de investimentos Tarpon. Conforme mencionado anteriormente, Mufarej se refere à iniciativa como um movimento político, criticando aqueles que apontavam que se tratava de um fundo eleitoral para driblar as novas leis eleitorais.

A confusão inicial sobre a caracterização do movimento pode ser observada também nas informações sobre sua gestão. As versões de 2018 do site não deixavam claro quais eram as instâncias de tomada de decisão ou mesmo equipe gestora do projeto. Na aba “Quem Somos”, trazia apenas uma lista com 37 nomes, sem especificação ou detalhes – mas entre eles estava Mufarej, políticos (como Gabriel Azevedo) e empresários (Wolff Klabin, por exemplo). Em uma versão de junho de 2018, o Quem Somos é atualizado para apenas uma frase: “O RenovaBR foi criado com o propósito de acelerar novas lideranças políticas e viabilizar o acesso do cidadão comum ao Congresso Nacional”. Interessante notar a comparação com o site atualmente, onde temos informações sobre “Equipe”, “Professores” e “Conselho Consultivo” – e apenas dois nomes da lista de 2018 permanecem, justamente o de Mufarej e Klabin, ambos no Conselho Consultivo, que surge como instância decisória geral da iniciativa.

A análise dos nomes evidencia a vinculação entre a iniciativa e elites econômicas. Fazem parte do atual Conselho Consultivo, além de Mufarej e Klabin, quatro representantes de grupos de investimentos e empresas de consultoria empresarial internacionais, duas representantes de *big techs* (que trabalham, respectivamente, na Meta e no Google), uma das fundadoras do Nubank e o apresentador e empresário Luciano Hulk. A CEO da iniciativa entre 2017 e 2019 foi Izabella Mattar, que após sair do RenovaBR atuou como CEO da XP Educação, braço da XP Investimentos, enquanto a atual CEO, Patricia Audi, atuou entre 2019 e 2022 como vice-presidente do Santander Brasil.

Em termos de transparência financeira, nas versões de 2018 o financiamento era apenas mencionado a partir de doações individuais. A versão atual do site traz uma aba “Transparência”, na qual temos Relatórios Anuais de atividade. Sobre doações, apenas repetem que o RenovaBR é uma iniciativa sem fins lucrativos, “da sociedade para a sociedade, que recebeu mais de 500 doações do Brasil inteiro em seu primeiro ano de atuação”³. Cada relatório anual traz uma lista de nomes de doadores do ano, sem especificar detalhes ou valores. A busca dos nomes no Google, em geral, revela grandes empresários, o que também aparece pela repetição de sobrenomes ligados com grandes fortunas brasileiras – Klabin, Setubal e Moreira Sales. Porém, sabe-se, pelas auditorias fiscais, que as doações anuais recebidas pelo projeto são na casa das dezenas de milhões de reais – a última auditoria disponibilizada é de 2021, que aponta pouco mais de 13 milhões de reais arrecadados com doações de pessoas físicas naquele ano, e cerca de 20 milhões de orçamento total anual. Já o Relatório Anual de 2021 (RenovaBR, 2021) traz 145 nomes de “doadores”, o que daria uma média de 90 mil reais por doador, apontando novamente para a proximidade com elites econômicas. Em termos gerais, a iniciativa apresenta uma institucionalização elevada, ancorada em uma gestão verticalizada, vastas somas financeiras, auditorias e consultorias.

³ Disponível em: <https://www.renovabr.org/transparencia>. Acesso em: 31 out. 2023.



Trilha da renovação

Podemos compreender a trilha interpretativa proposta pelo RenovaBR a partir da sua problematização do cenário político, dos julgamentos morais e das propostas de solução defendidas. Acerca do primeiro elemento, observamos apelos recorrentes acerca da crise no Brasil (seja econômica, política, institucional ou moral), da “velha política” com suas práticas, pessoas e estruturas organizacionais antiquadas, da polarização no cenário político brasileiro e da má gestão dos recursos públicos no país.

Enquanto esses elementos se repetem consistentemente no decorrer dos anos, observamos também algumas evoluções em sua apresentação. Inicialmente, em janeiro de 2018, o foco principal do site era projetar uma definição da situação problema, afirmando que o Brasil enfrentava uma das maiores crises econômica, política e moral de sua história, com “partidos e lideranças políticas em crise de credibilidade, representatividade e legitimidade”. Com o passar dos meses e anos, o tom muda, oferecendo destaque não tanto para a crise, mas para suas possíveis soluções.

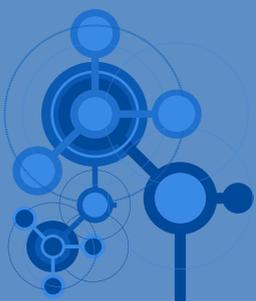
Outro forte mote levantado pela iniciativa é a dificuldade de entrada do “cidadão comum” na política brasileira. São constantes as problematizações sobre como a barreira de entrada para o cidadão comum é elevada e a consequência prática disso é quase nenhuma possibilidade de renovação. Assim, as cadeiras do legislativo permanecem com os mesmos nomes, o que garante a continuidade de práticas ultrapassadas, pouco éticas e técnicas – a velha política. A tentativa de estabelecer um “eles”, na figura dos políticos tradicionais, como a raiz do problema é recorrente. Interessante notar que não há citação nominal de quem seriam “eles” – trata-se de algo tomado como conhecimento prévio no quadro intersubjetivo, operando com a expectativa que o leitor saiba quem são os “eles” corruptos.

Acerca dos julgamentos morais e valores acionados discursivamente pelo RenovaBR, notamos a recorrência do conceito de corrupção contraposto com ética, honestidade, competência, transparência e dedicação. São esses marcos simbólicos que reforçam o compromisso da organização em estar do “lado certo” no cenário político, diferente dos partidos tradicionais e outras institucionalidades. De um lado, a corrupção e o privilégio, de outro, a necessidade de pessoas éticas, que deveriam servir o interesse público, e não o privado.

O principal aspecto moral, assim, é que a política brasileira estaria falida, repleta de políticos que não são pessoas éticas – ainda que essas não sejam especificadas ou nomeadas. Certo grupo político é tomado genericamente como corrupto, estabelecendo uma alteridade antagonista que dividiria a política – suas complexas matizes, formatos, camadas e grupos que a constituem – entre o *bem versus o mal*, com o RenovaBR ocupando, junto com os “cidadãos comuns”, o polo virtuoso da disputa.

Por fim, é dessa construção que surge a solução proposta por aquela trilha: a qualificação de novas lideranças, que deveriam ser “pessoas comuns”, éticas, comprometidas e capazes. Sua principal proposta ancora-se na ideia de selecionar e formar pessoas para que elas ocupem cargos políticos, com um forte apelo sobre uma questão técnica como forma de fugir ou contrapor a ideologias/agendas políticas. É interessante observar que quando o RenovaBR se coloca como uma organização capaz de selecionar e formar lideranças éticas para entrarem no cenário político, ele também se apresenta como o árbitro de quais seriam as características necessárias para um indivíduo tornar-se um bom político.

É interessante constatar, ainda, o que o RenovaBR afirma não ser. Em especial, ele afirma que não é uma iniciativa que quer radicalizar a política (janeiro, 2018), que não é, e nunca será, um partido político (fevereiro, 2018) e que não seria também “apenas um movimento” (outubro, 2018), mas sim uma iniciativa de formação e engajamento cívico, um facilitador de boas práticas e idoneidade, possibilitando que “bons cidadãos comuns” entrem para a política de forma qualificada. Mais ainda, afirma não defender pauta ou agenda, mas sim a qualificação técnica de sujeitos ordinários.



Temos, assim, uma visão geral da trilha interpretativa proposta pelo movimento: a necessidade de superar a crise política, causada pelos *velhos políticos* e pela corrupção, o que perpassaria a qualificação técnica (e não ideológica) do cidadão comum como nova liderança. É de posse desse entendimento que podemos passar para o próximo passo: como os discursos do movimento projetam posicionamentos para os sujeitos ocuparem dentro desse quadro de renovação.

Posicionamento no quadro

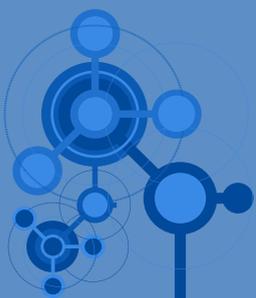
A tentativa de compreender os footings pela projeção discursiva consiste, em um primeiro gesto, de entender como o público é chamado para participar de dada iniciativa. No caso do RenovaBR, constatamos a persistência, ao longo do tempo, de dois posicionamentos pré-formatados para os cidadãos: como doadores financeiros ou como possíveis inscritos em futuros processos seletivos da iniciativa. No caso das doações, os apoios podem ser mensais ou pontuais, com valores sugeridos entre 50 e 200 reais, cada um acompanhado de uma frase incentivando a participação (como “a transformação política começa por você, faça a sua parte”). Por outro lado, temos o processo seletivo, pelo qual são escolhidas pessoas que participarão dos cursos formativos. As inscrições eram realizadas por meio de formulário online com perguntas básicas, links para perfis em redes sociais e campos de formação acadêmica e experiência profissional. Cada selecionado deveria fazer um pagamento inicial de 550 reais como gesto de comprometimento, e ganharia uma bolsa após o curso para concorrer a cargos públicos.

É nessa segunda categoria que está a essência do RenovaBR, assim como suas dimensões mais opacas. Não são apresentadas informações sobre os critérios pelos quais o processo seletivo opera, para além de requisitos básicos como idade e nunca ter ocupado cargo público. Em diferentes versões do site são mencionados, de forma genérica, etapas desse processo, como a realização de testes éticos, de inteligência fluida, simuladores de decisão, testes de vídeo, entrevistas, testes de posicionamento político e análises de histórico – mas nunca especificando exatamente o que será avaliado. As entrevistas, por exemplo, são apresentadas como forma de “garantir neutralidade ideológica”, mas sem dizer como isso é observado. Os relatórios fiscais demonstram também gastos significativos da iniciativa com *background checks*, mas esse elemento não surge em descrições do processo seletivo.

Após a seleção de bolsistas, o segundo passo da solução proposta pelo RenovaBR envolve a qualificação por meio de processos formativos. A formação não é apresentada em detalhes, sem grade curricular ou ementas de quais seriam as aulas que guiariam esse processo para além de tópicos como ética, temas de brasil e marketing eleitoral. Observamos que o ponto focal no sentido de proposta de solução – seleção e formação de lideranças para o cenário político – acaba sendo desenhado de uma maneira macro, sem detalhes sobre cada parte do processo.

Cabe observar os posicionamentos que estão ausentes na proposta do grupo. Não há cursos sobre participação cívica abertos ao público. Não há forma de os sujeitos participarem da construção destes processos formativos, ou mesmo apresentarem sugestões. Não há, sequer, informações sobre o que eles seriam. Há, ao contrário uma forte verticalização na iniciativa, com formas de participação extremamente restritas e controladas.

A temática do controle emerge como importante ponto a ser considerado. Tradicionalmente, quanto mais um movimento se abre para processos horizontais e decisões coletivas, menos controle sua liderança possui na determinação de caminhos e ações. O RenovaBR, porém, apresenta baixíssimos graus de abertura, o que denota a importância que sua liderança confere para o controle de ações. De fato, esse tema surge com força a partir de 2019, quando o site da iniciativa passa a apresentar uma aba de perguntas frequentes. Nela, parte significativa das perguntas versa sobre o que os alunos e ex-alunos da iniciativa, assim como os públicos que a apoiam, podem ou não fazer: eles não podem conceder entrevistas como membros do RenovaBR, não estão autorizados a fazer postagens em nome do movimento, não podem dizer que representam o mesmo em um evento e estão proibidos de produzir eventos ou materiais com a marca RenovaBR. Em suma, a participação idealizada pelo movimento



é bastante restrita, e a existência do FAQ traz indícios de como os sujeitos procuram ocupar outros posicionamentos dentro daquele quadro – e de como a organização, por sua vez, reage discursivamente reafirmando seus footings (restritos) projetados.

CONCLUSÕES

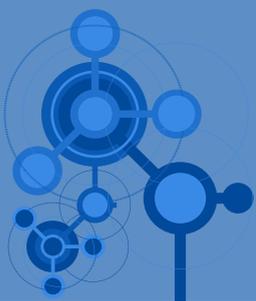
Ao longo desse percurso lançamos um olhar comunicacional para o RenovaBR a fim de compreender sua atuação e proposta enquanto escola de líderes para a renovação política. Por meio das ancoragens teóricas, exploramos a abertura semântica causada por uma crise recente da democracia e estabelecemos o enquadramento como aporte propício para uma investigação que procura desvelar elementos sobre como a iniciativa propõe trilhas interpretativas sobre a situação política.

Em termos dessas trilhas, um achado importante é a forma com que a corrupção e a velha política são problematizadas genericamente, apostando em quadros compartilhados em que a audiência “sabe” quem são esses atores. Além disso, chama a atenção como a solução proposta, na figura da formação de novas lideranças a partir da qualificação do “cidadão comum”, está ancorada em uma ideia de defesa da técnica contra o que seriam ideologias ou agendas políticas, apelando para certo imaginário de neutralidade que marca o discurso da tecnocracia.

A análise revelou que os posicionamentos oferecidos pelo RenovaBR por parte dos seus chamados para mobilização dizem de um tipo específico de relacionamento verticalizado, assumindo contornos de uma lógica que trata os sujeitos como clientes ou financiadores. A investigação desses footings permite também uma compreensão ampliada sobre os desenhos institucionais daquela iniciativa, especialmente sua busca por controle, elemento que ajuda a explicar os motivos da própria falta de transparência sobre critérios de seleção e conteúdo dos processos formativos, na medida em que manter essas dimensões no escuro amplia o poder e o controle das lideranças de determinar o que seria o polo virtuoso da renovação política.

Assim, esta pesquisa desvelou incongruências discursivas do RenovaBR. De um lado, um discurso que procura elevar a importância do cidadão comum na política e promover a atuação técnica como contraposição a corrupção. Por outro, uma estrutura organizacional fortemente hierarquizada, em que o escopo de participação é limitado e o coração do projeto, a seleção e formação de lideranças, é opaco. As aberturas para construções conjuntas são tímidas, na medida em que o poder permanece com o Conselho Consultor, que determina critérios e conteúdos técnicos ensinados para as lideranças, assim como parâmetros para sua atuação futura. O discurso tecnocrático, por sua vez, assume ares de neutralidade e de combate a ideologias, escondendo sua própria ancoragem neoliberal (Rojo, 2019).

Em última medida, a compreensão sobre a atuação do RenovaBR não pode ser descolada de seu contexto de origem e dos atores que controlam seus processos. Nesse sentido, a iniciativa opera como uma tentativa de ampliação do poder político de elites econômicas, uma nova forma de influenciar o que é entendido como correto e virtuoso no campo democrático, ao mesmo tempo em que avança ideias neoliberais revestidas com uma roupagem de neutralidade e ética. Entender e problematizar tal questão não implica categorizar o objeto como negativo para a sociedade, ou mesmo sugerir que aqueles que ali atuam o fazem por motivos torpes. Ao contrário, aponta para a necessidade de cautela ao lidar com aquela iniciativa, compreendendo como ela tenta se posicionar discursivamente junto ao interesse público ao mesmo tempo que é atravessada por fortes interesses privados – e como estes são ocultados ao posicionar as elites econômicas ao lado do “cidadão comum” contra a “velha política”. Acreditamos, ao fim, que essas são bases sólidas de entendimento, advindas de um olhar comunicacional, capazes de embasar investigações futuras sobre o cenário político brasileiro e a intervenção neste por parte de movimentos de renovação política e elites econômicas.



REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. June 2013, Five Years Later. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe. (eds.). *The Brazilian Left in the 21st Century*. London: Palgrave Macmillan, 2019. p.237-257.

CUNHA, Natiele. *Crise de representação e organizações suprapartidárias de formação e renovação política: uma análise da RAPS e do RenovaBR*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, São Paulo, 2023.

ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, Hoboken, v.43, n.4, p.51-58, 1993.

ENTMAN, Robert. *Projections of power: framing news, public opinion, and US foreign policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. MOURA, Claudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p.153-174.

GOFFMAN, Ervin. Footing. In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002. p.107-148.

MENDONÇA, Ricardo. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 98, p.1-24, 2018.

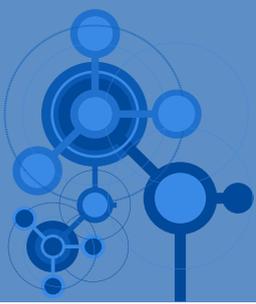
MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, nº79, p. 187-201, 2012.

MOURA, Gabriel. *A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

MUFAREJ, Eduardo. Entrevista: empresário Eduardo Mufarej defende RenovaBR. [Entrevista cedida a] Natália Lambert; Paulo Lyra. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 15 out. 2017. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2017/10/15/interna_politica,633678/entrevista-empresario-eduardo-mufarej-defende-renova-br.shtml. Acesso em: 16 maio 2024.

MUMBY, Dennis. *Organizational communication: a critical approach*. New York: Sage, 2012.

OLIVEIRA, Ivone. *Comunicação Organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.



ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, ano 7, n. 11, p.169-180, 2016.

RENOVABR. *Relatório Anual 2021*. Disponível em: https://wordpress.renovabr.org/wp-content/uploads/2022/09/RELATORIO_ANUAL_RBR_2021-4.pdf.

RYAN, Charlotte; GAMSON, William. The Art of Reframing Political Debates. *Contexts*, New York, v.5, n.1, p.13-18, 2006.

ROJO, Sebastián. Chicago Boys in Chile: Neoliberalism, Expert Knowledge and the Rise of a New Technocracy. *Revista Mexicana de Ciencias políticas y sociales*, Ciudad de México, v. 64, n. 235, 2019.

SILVA, Daniel. *Astroturfing: lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2015.

Artigo recebido em 26.07.2023 e aprovado em 12.04.2024